

# Comissão aprova repasse de verbas para confessionais

ANC. PAÍS

27 JUN 1987

Da Sucursal de Brasília

O relatório da Comissão de Sistematização entregue ontem pelo senador Bernardo Cabral (PMDB-AM), 55, ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, define que as verbas públicas serão destinadas às escolas públicas e prevê um repasse excepcional a escolas confessionais (de instituições religiosas), filantrópicas ou comunitárias. Para isso, as escolas terão que obedecer às seguintes condições: provar que não visam lucro e que reuplicam seus excedentes financeiros em educação, além de prever, em caso de encerramento de suas atividades, que o patrimônio fique para outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ainda para o Poder Público. A Comissão da Família, da Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia não aprovou qualquer relatório e a questão foi remetida à Comissão de Sistematização, que em seu relatório optou pela não-exclusividade.

O deputado Otávio Elísio (PMDB-MG), 46, de centro-esquerda, de acordo com levantamento da Folha, publicado em janeiro no caderno "Os Eleitos", defende a

exclusividade das verbas públicas para instituições estatais e integrou a comissão temática. Para ele, a redação do artigo não está boa e será preciso aperfeiçoá-la na própria comissão ou em plenário. Da forma como foi colocada a excepcionalidade, segundo ele, "a questão ficou tão generalizada que pode se tornar pregra", ou seja, qualquer escola privada poderia se enquadrar como passível de receber verbas públicas. Outro integrante da comissão, deputado Atila Lira (PFL-PI), 40, considerou o texto bom, demonstrando o consenso obtido pelo deputado Artur da Távola, (PMDB-RJ), de centro-esquerda, relator da Comissão Temática.

No Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Ademar Sirimbelli, 39, secretário-geral, ao tomar conhecimento do texto do relatório, considerou-o razoável e coincidente com as propostas da entidade. No entanto, disse que "o aporte de recursos públicos a qualquer universidade deve estar condicionado à absoluta transparência e critérios de eficiência na utilização de tais recursos".